



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur e secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente solicito verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, preliminarmente solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal, 27 Srs. Deputados.

A Presidência irá colocar em votação a Ata. - Aprovada :

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de congratulações pela criação e eleição da diretoria da Federação das Associações dos Conjuntos Habitacionais de Londrina, cujo Presidente é o Sr. RAULLAN-DI B. NETO.

Requer, outrossim, seja cientificada a referida Federação.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. JOSÉ ROBERTO PEGORARO, Presidente da COHAPAR, solicitando informações sobre o projeto de asfaltamento do conjunto habitacional "Henrique Alves Pereira", do Município de Ibiporã, inaugurado há dois anos e que não conta com nenhum serviço de infraestrutura.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do conjunto habitacional "Henrique Alves Pereira", localizado em Ibiporã, estão a exigir do Presidente da COHAPAR, uma tomada de posição no que se refere à implantação de toda a infraestrutura naquele núcleo, principalmente o asfalto, pois segundo os mutuários o Sr. José Roberto Pegoraro anunciou pela imprensa que o conjunto seria asfaltado.

Porém, o sub-gerente do BNH de Curitiba, afirmou desconhecer qualquer projeto nesse sentido. Diante de tais desconhecimentos, torna-se imperiosa a manifestação do Presidente do COHAPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do relatório elaborado pelo economista José Henrique do Carmo, denominado "OS APROVEITAMENTOS DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO PARANÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS".

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Através da Revista Paranaense de Desenvolvimento, publicada pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, o economista José Henrique do Carmo evidencia a lógica de seu raciocínio a partir de uma demonstração do potencial hidrelétrico das bacias dos Rios Iguaçu, Ivaí, Parapanema e Paraná, além da Bacia Litorânea, que se, aproveitadas em sua totalidade, implicariam na inundação de 3.828,4 km².

Em seguida, o autor coloca as perdas agrícolas por inundação, as perdas de arrecadação de ICM, as quedas da receita orçamentária em diversos municípios do nosso Estado, e conclui analisando as consequências sócio-econômicas e o sacrifício imposto à população paranaense em nome do progresso da Nação.

Em anexo: Xerox do Relatório Publicado pela Revista Paranaense de Desenvolvimento, de junho de 1981.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER a normalização das atividades curriculares da Escola instalada na Ilha Grande, no Rio Paraná, Município de Altônia, através de interferência da Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Na Ilha Grande, Rio Paraná, existe uma escola que vem funcionando irregularmente há quatro anos consecutivos. Muitos alunos se obrigam a percorrer distâncias de mais de quinze quilômetros, para freqüentá-la, vindo em canoas.

Acontece que os professores não fazem o mesmo, e as crianças perdem a viagem. O pretexto é o de que a escola vai ficar submersa, quando for construído o reservatório da usina hidrelétrica de Ilha Grande. O pretexto é fútil.

Nem o canteiro de obras ainda foi iniciado, e a construção deverá durar alguns anos, como no caso de Itaipu. De qualquer maneira, enquanto houver crianças, a escola deve estar funcionando.

Não podemos condenar as crianças ao analfabetismo, por preguiça e negligência das professoras, que deveriam ter mais apurado sentimento de dever e noção maior de responsabilidade.

A Secretaria da Educação está apta a interferir, para regularizar, mesmo quando se trate de escola municipal, com base nos convênios que firma com as prefeituras.

O pedido é justo e constitucional, pelo que esperamos sua aprovação.

Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 44/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos seja declarada de utilidade pública, tem por objetivo congregar os diretores de escolas públicas do Estado do Paraná, valorizando a função do diretor dentro do sistema estadual de ensino, ensejando o conagraamento recreativo, social e cultural, assistência médica, jurídica e financeira aos seus associados e familiares.

A documentação apresentada, demonstra que a Associação atende os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, razão porque apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Muitas vezes, desta tribuna, falou-se sobre o Projeto Jari. E tenho certeza que se tivermos a oportunidade de assistir uma reprodução cinematográfica da realidade do Projeto Jari, feita por Jorge Bodansky e Wolf Gauer, poderemos ter uma idéia melhor do que é, realmente, esse projeto.

Realiza-se, em nossa cidade, o I Festival Nacional de Filmes para TV. E, no dia de ontem, efetivamente, aqueles que assistiram esse filme para televisão, denominado "JARI", com cerca de uma hora de projeção, terão uma idéia melhor do que seja, efetivamente, esse projeto.

Este I Festival de Filmes para TV é patrocinado pela

Secretaria da Cultura e Esportes do Paraná. Por isso, não fiz por escrito o pedido a que o Secretário da Cultura e Esporte pudesse trazer a esta Assembléia, para aqui ser exibido esse filme denominado "JARI".

Mas, encareceria da Mesa, a oportunidade de, em contato com o Secretário da Cultura e Esportes, nosso Companheiro de Assembléia, Deputado Luiz Roberto Soares, a que, na segunda-feira próxima, tenhamos a exibição desse filme aqui nesta Casa, para que os Srs. Deputados possam sentir mais de perto o que realmente se passa no Projeto Jari.

É esta, Sr. Presidente, a nossa solicitação para que a Executiva deste Poder entre em contato com a Secretaria da Cultura e Esportes, para que na segunda-feira próxima, talvez, quando do término desse festival, possamos ter a exibição desse filme, nesta Casa, após a sessão legislativa, para que tenhamos uma idéia efetiva do seu conteúdo normal, no visual, do que seja o Projeto Jari.

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os professores do Paraná recomeçam neste ano, a partir de Cascavel, a mobilização da classe, visando conquistar ou reconquistar o posicionamento que no ano passado detinham com o sistema educacional e com a própria política educacional e de ensino no País. É uma das preocupações mais sólidas do professor, além do problema de remuneração, é um reexame completo de toda a política de ensino no País, visando principalmente adequação das bases para que o próprio sistema educacional brasileiro tenha respaldo a partir da primeira escolaridade, uma posição detalhada de toda a estrutura e formação de um povo.

E é de se louvar, Sr. Presidente, esta preocupação fundada dos professores que, através da mobilização completa de todo o professorado do Paraná, busca fazer através desses encontros, dessas assembléias de caráter regional, descentralizar inclusive a sistemática de funcionamento e entrosamento da classe, exame da realidade da educação e cultura, com indagações profundas.

Trata-se da conscientização desta categoria de trabalhadores qualificados ou de nível especial de trabalho, na categoria ligada à associação de classes dos professores e, em Cascavel, já o exemplo de outras assembléias, buscava-se o estabelecimento do piso salarial correspondente a três salários mínimos regionais. Além disso, do décimo-terceiro salário instituído e fundamentado, legalizado, legiferado para que o professor pudesse ter uma remuneração compatível com o desgaste e com o exercício da própria ciência de ensinar.

Ao lado disso, Sr. Presidente, é de se verificar a procedência também da reivindicação da aposentadoria aos 25 anos de serviço prestados comprovadamente.

Ao lado desses fatores, Sr. Presidente, é de se imaginar que com uma inflação de 10 por cento ao mês, seria justificável, que o professor e outras categorias também tivessem os reajustes de acordo com este índice inflacionário, porque neste processo de desvalorização da nossa moeda, quem sai perdendo é, evidentemente, o trabalho e não o capital. É uma briga antiga desde que se conhece os primeiros passos das articulações da economia.

Há esse conflito e os Governos, principalmente os Governos autoritários, postergam o interesse das categorias de trabalho ou dos trabalhadores alinhados nas diversas associações ou sindicatos.

Nestas condições, Sr. Presidente, voltaremos a essa tribuna para traduzir a aspiração global dos professores do Paraná que

tiveram em Cascavel a sua primeira assembléia do ano de 1981, e que voltaremos a essa tribuna para expor e defender, porque também estamos alinhados na mesma reta do raciocínio que os professores do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante do imperativo econômico de acionar medidas que minimizem o consumo de derivados de petróleo, o Governo do Estado do Paraná dá mais um passo à frente dos demais Estados da Federação, com a instalação da Primeira Central de Fretes do Brasil, que vem racionalizar o uso de combustíveis no setor de transporte de cargas.

A central de fretes consiste numa estrutura de apoio, de informações e de encaminhamento dos fornecedores e transportadores, que coordena o destino das cargas com a rota de retorno dos veículos.

Ligadas entre si por sistemas de telefonia e telex, a central permite aos fornecedores e transportadores de carga obter, sem despesas, informações sobre oferta e demanda de cargas rotas de menor custo, distâncias de rotas e custo operacional da tonelada transportada.

Integrando um programa do Ministério dos Transportes, que prevê a implantação de uma rede nacional de terminais dessa natureza, esta primeira central de fretes do Brasil, inaugurada neste mês em Curitiba, trará benefícios diretos ao povo paranaense como resultado da racionalização no uso dos veículos de transporte de carga, através do melhor aproveitamento da capacidade útil das frotas em geral, propiciando redução dos ônus sobre os bens transportados.

Convém destacar que, já em 1980, fora instalada uma unidade - piloto em Maringá, cujos resultados comprovaram a viabilidade e oportunidade do sistema, que será implantado no decorrer deste ano em vários pólos econômicos do Estado: Paranaíba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá (unidade definitiva) — perfazendo, com a de Curitiba, oito centrais de frete.

Com recursos aplicados da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões, a central de fretes de Curitiba possibilitará grande economia de combustíveis ao País, reduzindo o elevado índice de ociosidade das frotas transportadoras, provocado pelo tempo perdido, e pelo desperdício de combustível na procura de cargas para retorno.

Esta central vem, também, implementar definitivamente o cumprimento da lei que regula a tonelagem por eixo, com a finalidade de prevenir o desgaste prematuro do pavimento das rodovias.

Possibilitará ainda, reduzir os índices de deterioração das cargas, por dificuldade de obtenção de transportadores; proporcionará condições de justa remuneração nos bens transportados, sem onerá-los excessivamente, e beneficiará, particularmente, os transportadores autônomos que representam hoje 70 por cento das quase 110 mil unidades transportadoras existentes no Estado.

Face à grandiosidade desse empreendimento, que vem favorecer globalmente aos mais diversos segmentos da população do Estado, quero, desta tribuna, prestar minha homenagem ao Excelentíssimo Governador Ney Braga, por mais esta brilhante iniciativa e pelo muito que tem feito em prol da economia e do bem-estar social do povo paranaense.

E também, aproveitar esta oportunidade, para agradecer ao Secretário dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida, por ter entendido que as empresas transportadoras precisavam do apoio total da Secretaria dos Transportes e que no Paraná

inteiro, é a pioneira do Brasil.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Sampaio.

Tendo declinado, e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará o horário o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Com a palavra, o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento, um grande acontecimento está se verificando de profundas repercussões aqui no Brasil: é o jogo de futebol Brasil x Alemanha, que tem toda a Nação atenta para este acontecimento.

Enquanto isto, o desemprego aumenta, a fome aumenta, não se apura mais nada em relação aos atentados terroristas cometidos pela extrema-direita enquistada no paralelismo do Governo.

E é forçoso se reconhecer que um simples jogo de futebol esvazia o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa e aqueles que fazem compromissos reiterados de defender os interesses populares, estão aí talvez vibrando com as defesas de um goleiro que outro dia fez uma declaração nazistóide; outros estão lamentando a ausência do centro-avante Serginho, irmão daquele criminoso Kojak, de São Paulo, que arrebentou a cabeça da população numa destas itinerantes incursões do biônico e desmoralizado Governador de São Paulo... e assim os dias vão escorrendo por este Brasil afora, na irresponsabilidade, na falta de cuidado que os governantes têm para com os problemas sérios deste País.

Logo mais, à noite, a Nação triste ou alegre, também se debruçará diante de um canal de televisão, para ver novela.

Assim, com a novela e com o futebol, vão engrupindo e deixando o povo marginalizado, cada vez mais, na fome, no desespero, no desemprego, na desesperança... Não estão vendo que, no fundo dos olhos do povo brasileiro, está nascendo uma revolta muito grande.

Aqueles que não querem ver, são cegos mesmo.

Outro dia ainda, Dr. Mauro Morelli, estava dizendo que o Governo, não por amor à fraternidade, não por respeito a qualquer tese que esteja enquistada no programa do PDS, mas num ato de auto-defesa, deveria ouvir o rumor, o grito que está vindo destas grandes populações marginalizadas. Populações marginalizadas por um regime elitista, concentrador, que faz a alegria de tão poucos e faz a tristeza de tantos e tantos.

O que trazemos a esta Casa é mais uma face das mil faces...

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... deste regime discricionário. À medida que puder desenvolver o tema...

O Sr. Gabriel Sampaio — É que Vossa Excelência encerrou a primeira parte a introdução, e eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Concederei logo mais o aparte a Vossa Excelência, com grande satisfação.

O episódio doloroso da Itaipu ainda não está cicatrizado e mais um fato, se não idêntico, pelo menos muito semelhante, se repete no Estado.

Três mil agricultores, pequenos e médios proprietários rurais, do Município de Itaguapé, na fronteira com o Estado.

de São Paulo, estão ameaçados de perderem suas terras. Mais uma vez, através de decisões autoritárias, sem a consulta popular, as Centrais Elétricas de São Paulo, CESP, definem o futuro de populações à beira do Rio Paranapanema.

Agora, são três mil famílias que perderão suas propriedades para dar lugar à hidrelétrica de Itaquaruçu, e como em todos os episódios da mesma ordem, de rio para rio, de represa para represa, de hidrelétrica para hidrelétrica, a injustiça tem sido a tônica.

Assim, desta vez, não poderia ser diferente. E não é mesmo.

O povo paranaense ainda não engoliu. Estão entalados na garganta, os acontecimentos recentes na fronteira Brasil — Paraguai. Ninguém, mas ninguém mesmo, se esqueceu das injustiças, das violências cometidas ali, contra milhares de produtores rurais que estão perdendo as terras mais férteis do mundo.

Quem parte para terras distantes, não esquece; pelo contrário, amarga seu destino. É uma história, um passado. É um capital social que só a outra história há de apagar e refazer. Como os ciganos partem os paranaenses, para territórios desabitados, terra de ninguém, onde tantos já foram enganados.

E agora, senhores, quando uma leva de expropriados de Itaipu parte para a Bahia, já recomeça, no cantinho dos jornais, uma outra história bem parecida. Não se trata de um projeto monumental como Itaipu, mas, vejamos bem, senhores, o que acontece com os futuros expropriados de Itaguapé, uma localidade tão distante e tão pouco lembrada.

Os agricultores de Itaguapé querem ser ouvidos e estão pedindo respeito às suas reivindicações. Pedem preço justo pela terra.

Estão lhes oferecendo uma quantia por alqueire, numa área em que a terra nua vale muito mais daquilo que está sendo ofertado.

A CESP já começa as negociações impondo condições, numa situação em que os produtores é que deveriam expor seus interesses. E, além disto, não é dinheiro que os anima.

Para demonstrar isto, Srs. Deputados, repito as palavras do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Inácio, que lidera na região: “Os cálculos para nós, têm que levar em conta em consideração, não só o preço da terra, mas também as benfeitorias e os lucros que eles deixarão de ter, com as lavouras já formadas”.

Sr. Presidente, tanto se tem denunciado, tanto se tem reclamado pela intervenção do Paraná nas decisões nacionais, mas a falta de liderança no Governo, um fato que se comprova diariamente, só tem a trazer prejuízos.

O Paraná tem perdido dia a dia suas terras para dar lugar a lagos de hidrelétricas, que não servem ao Paraná, servem aos vizinhos, se apossam das terras, das águas, para depois vender energia ao Estado.

A já citada Itaipu, um projeto monumental, filho da ditadura, vai retirar do Paraná a possibilidade de produzir alimentos essenciais. Cem mil hectares das melhores terras do País, ficarão submersas. Mais de 250 quilômetros de estradas vão desaparecer. E o pior, 44 mil paranaenses estão sendo expulsos e muitos já estão em terras distantes.

Estudos têm sido elaborados por organismos do próprio Governo. E já se sabe, por exemplo, que até novembro, 90, o Paraná será oito por cento menor. Terá pelo menos 5.500 quilômetros quadrados de terras submersas. As perdas na agricultura são inestimáveis.

Em produtos de valor produzidos hoje, o Paraná deixará de colher um milhão e trezentas mil toneladas de soja, cerca de 1/5 da produção atual. Mais 900 mil toneladas de trigo; e perderá ainda, espaço para a criação de um milhão e 300 mil cabeças de gado.

Todos esses números, mesmo saídos das gavetas do

Governo paranaense, não mexem com os nervos de quem está no Poder.

Os fatos entretanto, se cruéis, trazem pelo menos um alento, uma lição: a mobilização dos agricultores de Itaguapé é animadora.

Três mil proprietários não estão dispostos a aceitar calmamente as decisões da CESP ou de quem quer que seja, e exigem como aprenderam nas lições de Itaipu, respeito pelos seus direitos.

Direitos conquistados através de sua contribuição histórica. Ao Governo que até agora tem se mostrado impassível, cabe continuar representando o seu papel.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Nobre Deputado, eu lhe concedo, se for de seu desejo, o aparte neste momento.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu só gostaria, Deputado Waldyr Pugliesi, ilustre Presidente do PMDB, é com relação à introdução de seu discurso, porque Vossa Excelência, quando foi à tribuna, fez uma introdução política. Foi por isso que pedi o aparte naquele momento.

Mas, se Vossa Excelência me concede neste instante, também falarei, só que não será especificamente sobre seu assunto.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Não tem problema.

O Sr. Gabriel Sampaio — Acho o seguinte, Deputado, com todo o respeito que me merece Vossa Excelência, que Vossa Excelência misturou algumas coisas na introdução que fez da sua participação, hoje, na tribuna.

Vossa Excelência, na minha opinião, misturou problemas de Governo, com tradições, carências e aspirações populares. Porque deixaria a seguinte pergunta no ar a Vossa Excelência: se o Governo fosse outro, outro Partido, outro regime político, será que o jogo da Alemanha não esvaziaria esta Casa nem as repartições públicas e privadas?

Será que quando seu Partido for Governo, as novelas e o futebol serão proibidos?

Isso são problemas nacionais que estão além dos problemas de Governo, Deputado, na minha opinião, como também colocaria para Vossa Excelência que a fome e injustiça social será que serão milagrosamente extirpadas caso seu Partido ganhe uma eleição?

Estas são as correções pequenas que eu gostaria de fazer, porque dá a impressão, nobre Deputado, com a introdução que Vossa Excelência fez, que tudo que acontece de negativo e de errado no Brasil, de todos os tempos, foi fruto da Revolução de 64.

Mais uma vez estou aqui, talvez alguns entendendo que eu a esteja defendendo — não estou, no meu modo de ver — apenas fazendo uma correção, a bem da justiça.

Acho que o problema de a Casa estar vazia e os televisores estarem cheios de pessoas assistindo, não é um pecado da Revolução de 64.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Nobre Deputado, acho que não fiz mistura alguma; fiz um comentário abrindo este pronunciamento.

Agora, gostaria de dizer a Vossa Excelência o seguinte: que, se esta Casa, como o Congresso, realmente fossem frutos da vontade popular, nascida por exemplo, de uma Assembléia Nacional Constituinte, acredito que teríamos mais gente nesta Casa, pelo seguinte: não é possível, por exemplo que um médico coloque o bisturi de lado e deixe de operar para ver o jogo de futebol.

Tudo tem seu tempo.

E o motorista de ônibus que agora está aqui, correndo

por Curitiba. Ele vai abandonar seu ônibus para ver o futebol? Quer dizer, da mesma maneira que ele está trabalhando lá, os políticos também deveriam estar nos seus postos.

Agora, se muita coisa que está neste País não é ônus a ser debitado à Revolução de 64, é necessário que se diga também que ela é madrastra da grande maioria dos problemas que existem neste País, porque direciona tudo, ao contrário.

Quer dizer, se fala em colocar pão na mesa do trabalhador e se faz uma política elitista, concentracionista; quer-se caminhar para uma direção e se dirige o carro para outra. Não é entendível isso para o povo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Falta um minuto, Sr. Deputado, para o término de sua oração.

O Sr. Gabriel Sampaio — Só a observação de uma linha só.

Antes mesmo da Assembléia Nacional Constituinte, que acho desembocaremos lá, indubitavelmente acho legítimo o seu mandato.

Acho que Vossa Excelência que está nesta Casa ocupando a tribuna, na hora do jogo, inclusive que a maioria do povo está vendo televisão, que eu também condeno, como Vossa Excelência o faz, acho o seu mandato legítimo.

Vossa Excelência recebeu votos do povo da sua região, que o estima e o considera, e acredita em Vossa Excelência.

Então, acho que, apesar de não termos antes a Assembléia Nacional Constituinte, o seu mandato é legítimo, eu assim o considero, Deputado.

Portanto, acho que hoje Vossa Excelência está trabalhando, que está hoje defendendo um ponto de vista, o faz como nós todos que estamos aqui, talvez a maioria não esteja nem do seu nem do meu Partido, mas acho que isso, por si só, não quer dizer que sejam pecados do regime.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Vossa Excelência tem meio minuto para concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, a gente só espera que esta expectativa possa ter uma reversão. É o que esperamos. A gente fez este pronunciamento porque é uma situação que vai se identificar novamente naquela região, numa fotocópia daquilo que aconteceu, em maior ou menor escala, em outros lugares. E as lições nunca são aprendidas pelos governantes.

É nisso que nos batemos: se há necessidade de se construir a hidrelétrica, deve-se fazer com que, antes dessa construção, os direitos da população que vive na área, sejam res-

peitados.

É nesse sentido que fazemos este pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 02/81, (Mens. Govern. nº 02/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 03 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 19/81.

Levanta-se a Sessão.